

A Revolta dos Marinheiros de 1910: dos usos da memória à historiografia

PIERRE PAULO DA CUNHA CASTRO *

Para este trabalho, trago um debate que, pela minha análise, ocasionou, inicialmente, disputas entre os sentidos da memória do fato histórico, os quais influenciaram, direta ou indiretamente, os caminhos das abordagens acadêmicas sobre o tema. E, ainda, sobre os desdobramentos analíticos que pautaram os estudos sobre a prática de castigos corporais na Marinha.

A superação da simples análise explicativa do fato histórico e dos castigos corporais como objeto principal de estudo é recente, e possibilitou o surgimento de abordagens com temáticas de maior amplitude. Isto abriu caminhos para o entendimento de práticas que, entre outros aspectos, institucionalizaram a instituição.

A Revolta dos Marinheiros de 1910 marcou a história naval brasileira, pois subverteu a hierarquia e a disciplina militares, já que subalternos tomaram os principais navios da Marinha do Brasil. Além do Encouraçado *Deodoro*, caíram nas mãos dos sublevados o Scout *Bahia* e os Encouraçados do tipo Dreadnought *Minas Gerais* e *São Paulo*, recém-adquiridos na Inglaterra, e considerados como os navios mais poderosos e modernos daquele período.

Inicialmente, foi vista pela imprensa como uma sublevação contra a *chibata*.

Para quem decidia analisar as questões relacionadas ao fato, esses poderiam ser os pontos fundamentais para iniciar uma análise. Entretanto, o ambiente social e político decorrente da campanha civilista, existente no final de 1910, despertou diversificados sentimentos que, conforme o posicionamento defendido, apoiaram, criticaram e, principalmente, produziram sentidos que disputaram espaços em defesa de

* Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Graduado e licenciado em História pela UFRJ. Mestre em História Social – PPGH/UNIRIO. Membro do Campo de Experimentação: Michel Foucault e a História (CEMFHIS) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

interpretações próprias sobre o tema, que glorificavam ou condenavam as ações. Tais disputas influenciaram aqueles que se propuseram a estudar o tema e, ainda hoje, pautam os debates acerca do fato histórico.

Desse modo, as interpretações produzidas geraram diferentes estudos que envolveram uma gama diversificada de motivações, problematizações e conclusões sobre o tema, apresentando especificidades que devem ser observadas.

Os primeiros trabalhos que buscaram explicar o acontecimento não são acadêmicos, foram escritos em consonância com ideologias ou em defesa de setores incomodados com a memória que estava sendo construída, de apoio ou crítica aos marinheiros sublevados.

Embora não sejam incluídos na historiografia sobre a revolta, devem ser analisados por terem se consubstanciado em bibliografia para as abordagens historiográficas, pois muitos destes discursos foram escritos com base em testemunhos contemporâneos ao movimento. Continuamente, os aprofundamentos posteriores foram realizados a partir das possibilidades e limitações de cada estudo sobre o tema.

Em 1910, quando as primeiras informações surgiram, a imprensa não teve acesso ao manifesto dos marinheiros,¹ de modo que noticiaram que a principal contestação era contra a aplicação de castigos corporais, existentes até então na Marinha, ressaltando a capacidade de destruição dos navios em poder dos rebelados, e que tais vasos de guerra estavam sendo manobrados pelos subalternos.

As primeiras informações foram publicadas, principalmente, pelos jornais *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*.² Sem tomarem

¹ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. MOREL, Marco (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 96 - 100.

² *Ibid.*, p. 81.

conhecimento de todos os aspectos da revolta, fizeram a cobertura jornalística do movimento, consolidando a imagem de João Cândido Felisberto como líder do movimento e tornando-o conhecido como o “Almirante Negro”, ainda naquela época.

No decorrer da revolta, jornalistas e políticos perguntavam, por meio da imprensa e dos debates nas sessões do Congresso, sobre a existência de costume na Marinha que remetia ao período da escravidão. Segundo Álvaro Pereira do Nascimento (2008, p. 16), “a imprensa e o registro desses debates se tornaram as principais fontes utilizadas pelos que posteriormente escreveram sobre o tema”.

Em 1911, foi publicado o primeiro livro que abordou o fato, *Política versus Marinha*, onde o autor manteve-se no anonimato como o pseudônimo de *Um Oficial da Armada* – trabalhos posteriores indicaram que tenha sido escrito pelo Tenente José Eduardo de Macedo Soares. O autor construiu sua articulação em consonância com o pensamento vigente na época: o País seria governado por uma oligarquia corrupta causadora das turbulências políticas e sociais, e a sociedade estaria contaminada pelas raças degeneradas, causando a decadência moral em todos os níveis.

Além disso, tece críticas aos ex-Ministros da Marinha Júlio César de Noronha e Alexandrino Faria de Alencar, este responsável pelo Programa Rumo ao Mar, que aparelhou a Esquadra com novos e modernos navios. Acusava-os de fazerem parte de uma farsa política e ignorar o problema militar que, segundo o autor, repousaria na educação e na forma de organização militar, de modo que a revolta seria explicada pela “superposição do problema do material sobre o problema do pessoal”.

Em consonância com as teorias científicas das raças humanas, que discutiam os diferentes níveis de evolução cultural associados ao fator racial, o autor considerou, também, que a revolta foi, na prática, um desmantelamento institucional causado pelas

as raças degeneradas e pela corrupção oligárquica, e se nada fosse feito para salvar a nação, o país caminharia para a destruição. Para solucionar o problema, o oficial defendia a instalação de uma ditadura militar moralizadora, cabendo aos militares expurgar os elementos nefastos.

Uma pequena autobiografia foi escrita logo após a rebelião, e posteriormente foi publicada parcialmente com o título *Memórias de João Cândido, o marinheiro*, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Foram doze capítulos, entre 1912 e 1913, após receber diversas intervenções dos redatores do jornal³ de modo a reforçar a imagem de João Cândido como líder do movimento.

Em 1934, alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro buscavam apoio de mais simpatizantes, tanto para a causa comunista quanto para sustentar o apoio ao movimento da Aliança Nacional Libertadora. Assim, o médico Adão Manuel Pereira Nunes, utilizando o pseudônimo Benedito Paulo, escreveu e publicou clandestinamente, um livro intitulado *A Revolta de João Cândido*.

O médico apresentou uma narrativa histórica utilizando uma linguagem ficcional, na qual utilizou a produção de diálogos imaginados, intercalados por documentos do período da revolta e por escritos detalhados dos acontecimentos.⁴ Nesses diálogos, os posicionamentos dos marinheiros e a resposta do governo foram apresentados como uma luta pelo poder político, a qual estava realmente se desencadeando no âmbito da sociedade da década de 1930.

³ MOREL, Marco. As últimas chibatadas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 44, Mai. 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2384>. Acesso em: 25 jun. 2010.

A 5ª edição do livro *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*, escrito por Edmar Morel, foi organizada por Marco Morel, que incorporou as memórias de João Cândido no Anexo I, sob o título “A vida de João Cândido – ou o sonho da liberdade”.

⁴ PAULO, Benedito (pseudônimo de Adão Pereira Nunes). **A Revolta de João Cândido**. Porto Alegre: Independência, 1934.

Na introdução, Nunes convoca marinheiros e soldados para se unirem aos camponeses, aos operários e aos intelectuais, a fim de continuarem “a luta dos pequenos contra os grandes” até o fim.⁵ Ou seja, a proposta do autor é evidenciar a luta entre dominados e dominantes, ou melhor, a luta de classes. Para ele, a revolta foi uma luta dos pobres contra os ricos, por intermédio da busca pela liberdade e contra a repressão vivida pelos marinheiros até 1910, que seria apoiada pelos governos e pelas classes dominantes, com características desumanas e corruptas.

Para o autor, a revolta foi um fracasso porque os marinheiros, embora dotados de uma consciência de classe entre si, configuravam um grupo homogêneo com características rudes e ignorantes, necessitando de educação e “doutrina” a fim de atingir a consciência de que fazem parte das classes oprimidas. Nesse sentido, todo e qualquer movimento isolado do conjunto dos oprimidos estaria fadado ao fracasso.

As disputas em torno da memória do fato histórico e dos seus supostos líderes continuaram presentes na imprensa e em atos políticos. Isto ocasionou o surgimento de uma carta apócrifa, enviada em 1949, ao Comandante Luiz Autran de Alencastro Graça, que se envolvera nestes debates pela imprensa. A carta contestava a liderança da revolta, atribuindo-a a Francisco Dias Martins, “comandante” revoltoso do *Bahia*. Assim, nota-se que o eixo dessas disputas se deslocou da tomada da revolta em prol da defesa de ações revolucionárias, militarista ou comunista, para a exaltação, depreciação e, também, contestação da liderança do movimento.⁶

Em 1949, o Comandante Pereira da Cunha, que foi Chefe de Gabinete do Ministro Joaquim Marques Batista de Leão, durante a revolta, publicou na *Revista*

⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁶ ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 295 – 306.

Marítima Brasileira o trabalho intitulado "A revolta na Esquadra Brasileira em novembro e dezembro de 1910".

No texto, o autor destaca a formação de uma imagem negativa em relação aos oficiais da Marinha, construída pela imprensa e pelos políticos civilistas. E destaca o descompasso entre uma modernização desordenada e fora da realidade da Marinha, e o atraso das guarnições, abordado pela lógica das teorias científicas das raças humanas, de modo que considera a revolta como “inevitável e quase justa”.

A originalidade do texto se deu pela organização de documentos sobre a revolta, a partir dos quais o autor afirma produzir um “conhecimento elaborado cientificamente”, tratando o fato como objeto de análise para produzir uma “verdade histórica”, entretanto a operação se perde pela exclusão dos escritos da imprensa contrária e dos políticos civilistas.

Trata-se de um texto que reúne além de documentos, testemunhos contemporâneos à revolta, o que, aparentemente, o torna um compêndio de análises voltadas para a informação do público interno em um contexto de debates exaltados na imprensa.

Em 1958, o jornalista Edmar Morel publicou um significativo estudo sobre o movimento. Seu trabalho foi tão relevante que a revolta passou a ser conhecida, inclusive nos meios acadêmicos, pelo título do seu livro, *A Revolta da Chibata – Subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo Marinheiro João Cândido em 1910*.⁷ O autor utilizou diversas fontes, desde artigos da imprensa, documentos da Marinha e registros dos debates ocorridos no Congresso Nacional. Além disso, lançou

⁷ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1958.

mão dos discursos anteriores sobre a revolta, abrangendo os depoimentos de oficiais da Marinha, juristas, políticos e, principalmente, o de João Cândido.

O livro se caracteriza como uma obra jornalística, cuja função maior foi denunciar a política, exaltar a revolta e as ações do seu mais conhecido líder. Por outro lado, foi também uma resposta aos discursos das décadas anteriores.

Edmar Morel foi pioneiro em tratar o fato histórico inserido em um processo maior, provocando uma mistura de exaltação e repúdio. Nesse sentido, a abordagem do jornalista constitui-se como denúncia das injustiças sociais, políticas e econômicas que teriam gerado o movimento e o desfecho dos acontecimentos, perpetrados pela Marinha e pelo Governo, contra os anistiados.

O eixo central do livro é a história de João Cândido, tendo como base a história da revolta. Morel dialoga com os discursos dos oficiais e com o livro do médico Adão Pereira Nunes, bem como interpreta as iniciativas contrárias a qualquer lembrança da revolta.

O livro foi um sucesso de vendas e tornou-se tão importante que, posteriormente, serviu como fonte dos estudos sobre o movimento, tanto para os simpatizantes e críticos do movimento, quanto para os historiadores que se aprofundaram recentemente nesta temática.

Morel retomou o paradigma da “luta de classes”, explicando a revolta como a luta dos oprimidos contra os opressores. Além disso, contribuiu significativamente para a construção de uma imagem heroica de João Cândido, segundo ele, o “herói da ralé”. No discurso enaltecido de Morel, a trajetória de vida do marinheiro emerge para fundamentar a imagem de João Cândido como um herói popular, e um símbolo das lutas sociais e, também, raciais.

No ano seguinte, o diretor do antigo Serviço de Documentação-Geral da Marinha convidou o Comandante Luís Alves de Oliveira Belo para realizar uma pesquisa sobre a “verdadeira história” da revolta. Ao mesmo tempo, o Clube Naval criou uma comissão para apresentar uma história imparcial que representasse “a verdade” sobre os fatos que ocorreram em 1910. Essas iniciativas foram unificadas, porém não foram concluídas.

Em 1960, Oliveira Belo solicitou afastamento da pesquisa por motivos de saúde. Porém, enviou, meses antes, ao Serviço de Documentação, um texto intitulado *Sucintos elementos autênticos da vida do ex-marinheiro João Cândido na Marinha de Guerra entre os anos de 1895-1912*.

O texto do oficial, embora não tenha sido publicado, é o primeiro, entre os textos dos oficiais, a tratar dos fatos ocorridos após a revolta, o que denota o seu caráter de resposta ao trabalho de Morel. E embora apresente João Cândido como líder simbólico da revolta, o autor nega as teses de Morel, e apresenta o suposto líder como um marinheiro comum, medíocre e desprovido de qualificação, repetindo os argumentos das teses dos militares que apresentaram seus relatos nos anos posteriores ao movimento. Nesse sentido, a abordagem de resposta apresentou o marinheiro como mais um degenerado da sua raça e covarde, contestando sua liderança durante o movimento de 1910.

O livro de Edmar Morel recebeu mais quatro edições, 1963, 1979, 1986 e 2009 (esta foi organizada e comentada pelo seu neto, o historiador Marco Morel). A cada lançamento, o livro era atualizado, anexando os ditos decorrentes das edições anteriores, novos comentários sobre a vida de João Cândido e sobre os atos de censura sofridos.

No início da década de 1980, a memória de João Cândido, construída por Edmar Morel foi apropriada por diversos movimentos populares. Assim, às vésperas do Centenário da Abolição, os debates sobre as questões raciais foram intensificados. E a imagem de herói, já consolidada entre os movimentos populares, ressurgiu no cenário das questões raciais, relacionando sua luta ao combate ao preconceito racial.

Na edição de 1986, Edmar Morel anexou o estudo realizado por Oliveira Belo na quarta edição de *A Revolta da Chibata*, como sendo a “visão oficial” da Marinha, o que lhe proporcionou a possibilidade de criticar a abordagem proposta por Oliveira Belo, bem como reforçar seus argumentos, no intuito de exaltar os feitos da revolta e enaltecer a imagem heroica do marinheiro João Cândido.⁸

O tema como objeto central de pesquisa só chegou na academia em 1982, quando Mário Maestri publicou o livro “*1910: a revolta dos marinheiros – uma saga negra*”,⁹ no qual mantém a abordagem da revolta dentro da concepção das “lutas de classes”. Segundo o autor, tratou-se de uma oposição a opressão engendrada pelos escalões superiores de uma sociedade pautada pelo modo de vida burguês, característico do início do século XX. Seu livro é uma exaltação à luta em busca dos direitos civis e da igualdade racial, os quais estavam sendo negligenciados, tanto no âmbito interno da Marinha de Guerra, quanto na própria sociedade da época.

Na mesma linha de Adão Pereira Nunes, Maestri defende que a conquista da anistia foi uma vitória significativa para os marinheiros revoltosos, porém observou que a maior perda se deu porque eles agiram isoladamente e, por isso, não receberam o apoio da força dos trabalhadores de terra, dos operários e dos camponeses. Apesar

⁸ A 5ª edição do livro *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*, escrito por Edmar Morel, foi organizada por Marco Morel, que incorporou a abordagem do Comandante Luís Alves de Oliveira Belo no Anexo III, sob o título “Versão oficial”. O próprio Edmar Morel o fez na 4ª edição da mesma obra.

⁹ MAESTRI, Mário. **1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra**. São Paulo: Global, 1982.

desta situação, o autor considerou a revolta vitoriosa, pois suas reivindicações foram analisadas e o movimento assumiu o papel de luta pela cidadania, tema que começava a pautar os debates políticos e sociais da década 1980.

Marcos Antônio da Silva também publicou seu livro *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*, em 1982.¹⁰ Seguindo o mesmo tipo de abordagem apresentada por Maestri, a revolta seria um conflito de classes, dentro do paradigma marxista da história. Além disso, este autor deu grande importância aos discursos da imprensa que tinha ligações com as associações de operários, reforçando o discurso de luta de classes entre dominantes e dominados. Nesse sentido, Marcos Silva demonstrou a simpatia existente nos setores operários pelo movimento dos marinheiros revoltosos, de modo que o operariado foi apresentado com uma consciência mais ampla da situação, visualizando as ações dos marinheiros como uma revolta dos setores mais baixos da sociedade contra a opressão das elites.

Marcos Silva e Mário Maestri identificaram os marinheiros e os oficiais como grupos rivais, considerando-os em posições contrárias, de modo que suas análises foram reduzidas a um confronto entre dominantes e dominados.

Em 1988, o historiador naval Almirante Helio Leoncio Martins publicou *A Revolta dos Marinheiros 1910*. O livro é, de fato, a versão oficial da Marinha, tendo sido incluído no quinto volume da *História Naval Brasileira* em 1997. O autor destaca os problemas gerais de interpretação. Critica os autores, oficiais de Marinha, que na defesa da corporação em relação aos ataques da imprensa e de políticos, enfocaram tão somente no que a revolta representou de mais perverso, e os autores de esquerda, que

¹⁰ SILVA, Marcos Antônio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

transformaram uma revolta militar em movimento popular, a fim de fundamentar proselitismos ideológicos.

Basicamente, Leoncio aponta como as causas da revolta, a existência de um descompasso entre os elementos recrutados para a Marinha e os complexos sistemas dos modernos navios de guerra adquiridos, os quais exigiram o embarque de elementos especializados, gerando a existência simultânea de dois tipos de marinheiros controlados por um regulamento disciplinar que não acompanhou a modernização da Marinha. Para o autor, os marinheiros antigos sentiam-se incomodados com o trabalho nas unidades modernas, que era muito diferente do trabalho executado nos veleiros, e por outro lado, os jovens marinheiros repudiavam as chibatadas e todo o cerimonial que envolvia a aplicação dos castigos. Desse modo, o Almirante sustenta que foram os jovens marinheiros especializados, que guarneceram os navios mais complexos e poderosos da Marinha, que tramaram e organizaram a revolta, e apresenta como principal líder do movimento, o marinheiro Francisco Dias Martins.

A obra é a primeira a tratar das heterogeneidades existentes na tripulação dos navios e a introduzir os castigos corporais como prática da cultura marítima, apresentando comparações com outras Marinhas e a própria história do declínio dessas práticas.

Embora a compreensão da revolta com justificativa possa aparentemente limitar a operação histórica do autor, o livro torna-se importante para compreender a revolta para além do fato histórico, como um processo com aspectos remotos e diversificados, e passível de disputas em torno da sua memória.

Álvaro Pereira do Nascimento publicou o livro “*A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*” em 2001,¹¹ decorrente dos estudos realizados para a sua dissertação de Mestrado em 1997. É o primeiro trabalho a se afastar da revolta de 1910, analisando o recrutamento e a situação dos marinheiros nas décadas anteriores e posteriores ao término do Império. Assim, aprofundou os estudos sobre o tema, e apresentou uma nova abordagem, argumentando que o movimento não era simplesmente uma revolta contra a chibata, de modo que buscou explicar as mudanças no questionamento do sistema punitivo, em decorrência das alterações na legislação que regulava a disciplina. Assim, demonstrou que o castigo corporal fazia parte das relações entre oficiais e praças, durante o século XIX, sem ter sido questionado até o início da República.

O autor defende que após algumas mudanças na legislação, no início da República, começaram a ocorrer as primeiras contestações sobre a validade dos castigos. Deste modo, observou que a sobrecarga de trabalho decorreu da chegada dos navios mais modernos, que exigiam mais quantidade de homens. E como a capacidade de recrutamento não atendeu a demanda existente, as irritações e os castigos aumentaram consideravelmente.

Por outro lado, a originalidade da análise dos aspectos das mudanças nos regulamentos para o entendimento do processo se perderam no trabalho do autor, por ele não conseguir identificar as heterogeneidades existentes entre os marinheiros. O que nos leva a impressão de serem apresentados como um grupo aposto e antagônico aos oficiais – isto era uma crítica que o autor fazia aos trabalhos anteriores.

¹¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Em 2001, José Miguel Arias Neto, na sua tese de doutoramento, *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*, superou as abordagens que se baseavam na luta de classes para entender a revolta, considerando a Marinha como parte do Estado. O autor abordou a instituição dentro da organização do poder estatal, e como tal, suscetível aos movimentos ocorridos na nação que pressionariam as Forças Armadas por modificações no sentido de manter a ordem desejada pelo governo. O autor assumiu como problemática central os esforços desencadeados pelos marinheiros para garantirem os aspectos legais da cidadania, dentro de um contexto de implantação de modificações tecnológicas, de quadros aperfeiçoados e de mudanças nos regulamentos.¹² Em linhas gerais, sua abordagem apresentou as dinâmicas existentes nas relações entre os marinheiros, e como eles se articularam na busca do que entendiam como cidadania, até o momento de inflexão caracterizado pelo movimento de 1910.

Em 2008, Álvaro Pereira do Nascimento publicou outro livro com título *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*,¹³ no qual aprofundou sua abordagem sobre o tema, dessa vez identificando a inexistência de homogeneidade entre os marinheiros e, também, entre os oficiais, apontando a possibilidade de entender a complexidade das relações entre estes dois grupos anteriormente considerados como rivais, e em posições antagônicas. Desse modo, analisou a origem social dos marinheiros, as formas de alistamento, e as mudanças de valores e costumes dos marinheiros. Assim, partindo da concepção de instituição fechada, procurou entender o sentido dos castigos corporais, entre oficiais e praças. E, portanto,

¹² ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹³ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2008.

compreender a ausência de contestações dos mesmos castigos durante o Império, bem como fundamentar as relações possíveis entre um grupo e outro, de modo a perceber as ações empreendidas pela marujada no sentido de desenvolverem um projeto afirmativo de cidadania, expresso nas suas reivindicações durante a revolta de 1910.¹⁴ Para tal, o autor analisou as complexidades destas relações, identificando as faltas disciplinares que mais desagradavam os oficiais e, por outro lado, as oportunidades de ascensão na carreira dos marinheiros, e os prejuízos que eles poderiam sofrer caso se juntassem aos marinheiros mais faltosos ou fossem envolvidos, voluntariamente ou não, pelas artimanhas dos marinheiros indisciplinados.

Helio Leoncio Martins, José Miguel Arias Neto e Álvaro Pereira do Nascimento são, provavelmente, os historiadores que mais se aprofundaram nas questões relacionadas à abordagem contemporânea do processo que desencadeou este fato histórico da História Naval Brasileira, de modo que seus questionamentos assumiram importância considerável para qualquer trabalho sobre o tema.

Entretanto, estas não são as únicas perspectivas possíveis. Assim, considero que a Revolta dos Marinheiros de 1910 está inserida em um tema maior relacionado às práticas disciplinares, que transcendem o fato histórico em si.

Tendo os Livros de Socorros como fonte de pesquisa, é possível identificar todos os elementos que passaram pelos navios, bem como idade, cor, origem e punições, e, também, suas demandas individuais, e a partir daí, compreender as heterogeneidades existentes a bordo e estratégias individuais mais comuns. A operação não é fácil, mas aliada às modificações na legislação, principalmente as que regularam corpos, quadros e vencimentos, é possível compreender tanto as mudanças nos modos

¹⁴ *Id.* “Ordem e Liberdade”: proposta da marujada cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.447-471.

de vigilância, desvinculando-a da simples relação oficial versus marinheiro, quanto as punições disciplinares aplicadas de forma diferenciada aos grupos existentes a bordo, que se distinguiam pelo tipo de trabalho executado.

Para além da “história-revolta”, importa, também, compreender como foi possível, dentro daquele sistema disciplinar, operar o mais elementar espaço de trabalho de uma Marinha – o navio.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS NETO, José Miguel. ***Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910***. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. ***Disciplina na Armada Imperial a partir da Corveta “Trajano”: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879***. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro.

CUNHA, H. Pereira da. A revolta na esquadra brasileira em novembro de dezembro de 1910. ***Separata da Revista Marítima Brasileira***. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953.

MAESTRI, Mário. ***1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra***. São Paulo: Global, 1982.

MARTINS, Hélio Leôncio. ***A revolta dos marinheiros: 1910***. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MOREL, Edmar. ***A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910***. Rio de Janeiro: Editora Irmãos Pongetti, 1958.

_____. ***A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910***. MOREL, Marco. (org.). 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MOREL, Marco. As últimas chibatadas. ***Revista de História da Biblioteca Nacional***, n. 44, Mai. 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2384>. Acesso em: 25 jun. 2010.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. ***A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial***. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. ***Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910***. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2008.

_____. “Ordem e Liberdade”: proposta da marujada cidadã. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). ***Nação e Cidadania no Império: novos horizontes***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.447-471.

PAULO, Benedito (Adão Manuel Pereira Nunes). ***A revolta de João Candido***. Porto Alegre: Independência, 1934.

SILVA, Marcos Antônio da. ***Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910***. São Paulo: Brasiliense, 1982.

UM OFICIAL DA ARMADA. ***Política versus Marinha***. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d.